

## **EDUCAÇÃO DO CAMPO E O ENSINO DA MATEMÁTICA: o que revelam os cadernos escolares**

**Maykon Jhonatan Schrenk<sup>1</sup>**  
**Barbara Winiarski Diesel Novaes<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

O presente trabalho objetivou analisar cadernos de matemática de alunos de 6º ao 9º ano buscando indícios da Educação do Campo na produção escolar dos mesmos. No colégio investigado a cultura escolar (JULIA, 2001; VIDAL, 2005) envolve a terra, o campo, os modos genuínos de olhar para a vida do homem em sintonia com a natureza e os professores têm conhecimento sobre a importância de trabalhar a vida do campo, a vida que o aluno presencia dentro da sala de aula. Porém, analisando os cadernos escolares (GVIRTZ, 2009) encontramos poucas relações com a Educação do Campo na produção escolar dos mesmos. O mais significativo foi a relação com o campo em atividades interdisciplinares como a produção de maquetes, a horta, os passeios e o projeto de mata ciliar. Vale ressaltar que nos apropriamos de ferramentas da história cultural para contar esta história do presente e que os cadernos foram peças fundamentais para entender mais do cotidiano das aulas de matemática fazer o contraponto com as entrevistas e fontes oficiais da escola.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. Ensino da Matemática. Cadernos Escolares. Cultura escolar.

### **INTRODUÇÃO**

A Educação do Campo<sup>3</sup> durante muito tempo foi deixada em segundo plano nos discursos sobre educação no Brasil. Um marco na retomada da luta ensino de qualidade, pelo respeito a suas raízes culturais e pelo entendimento de suas singularidades, foi a *Primeira Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo* promovida em 1998

---

<sup>1</sup> **Docente** da Secretaria de Educação do Estado do Paraná – SEEDPR.

E-mail: maykon\_schrenk@hotmail.com

<sup>2</sup> **Docente** da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Campus Toledo.

E-mail: barbaradiesel@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Segundo as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo (2006, p.9), “a Educação do Campo é uma política pública pensada, mediante a ação conjunta de governo e sociedade civil organizada. Caracterizada como o resgate de uma dívida histórica do Estado aos sujeitos do campo, que tiveram negado o direito a uma educação de qualidade, uma vez que os modelos pedagógicos ora marginalizavam os sujeitos do campo, ora vinculavam-se ao mundo urbano, ignorando a diversidade sociocultural do povo brasileiro, especialmente aquela expressa na prática social dos diversos sujeitos do campo”.

pelas instituições Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Universidade de Brasília (UnB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Participaram desse evento educandos e educadores do MST, da agricultura familiar, dos indígenas, dos povos da floresta, dos ribeirinhos, quilombolas, dos sindicatos de trabalhadores rurais (ANHAIA, 2011 apud BRASIL, 2014). A Conferência surgiu como uma alternativa para ampliar a discussão sobre a educação no meio rural brasileiro (BRASIL, 2014, p.9).

Em relação a como trabalhar a matemática escolar numa escola do campo, concordamos com D'Ambrósio (2005, p.42) quando afirma que: “reconhecer e respeitar as raízes de um indivíduo não significa ignorar e rejeitar as raízes do outro, mas, num processo de síntese, reforçar suas próprias raízes”. Para Ubiratan D'ambrósio a matemática deve ser entendida nas suas várias dimensões: conceitual, histórica, cognitiva, epistemológica, política, cotidiana, educacional. Sua teoria permite trabalhar a matemática respeitando as especificidades da Educação do Campo e suas implicações didático-pedagógicas.

Para quem não tem conhecimento sobre a legislação sobre a Educação do Campo pode ter a falsa impressão de ser apenas uma escola situada no campo. Mas, a Educação do Campo, além de se encontrar no campo, segundo Antunes-Rocha e Martins (2009), também significa aprender com a terra, com o campo, os modos genuínos de olhar para a vida do homem em sintonia com a natureza. Além disso, significa conhecer diferentes modos de organização da sociedade e das lutas políticas, e ainda reconhecer o poder dos gestos, das cores, das imagens próprias do campo como saberes legítimos. Alves (2009), compreendendo que o campo é a realidade concreta do educando defende uma escola especial que leve em consideração o contexto onde ela se instala.

O trabalho objetivou analisar cadernos de matemática<sup>4</sup> de alunos de 6º ao 9º ano no ano de 2014 buscando indícios da Educação do Campo na produção escolar dos mesmos.

---

<sup>4</sup> O presente artigo é parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) “Educação do Campo no Ensino da Matemática: um estudo do Colégio Estadual do Campo Teotônio Vilella” apresentado a Coordenação do Curso Superior de Licenciatura em Matemática – COMAT – da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR Campus Toledo, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Matemática o

Os principais documentos analisados foram as diretrizes curriculares da Educação do Campo do Estado do Paraná (2006), os documentos do colégio (PPP, Plano de Trabalho Docente (PTD) da disciplina de Matemática) e materiais dos alunos (cadernos<sup>5</sup> de matemática do ano anterior ao estudo).

Para análise dos cadernos utilizamos os trabalhos de Gvirtz (2009) que discorrem sobre a relação entre o currículo prescrito e o currículo ensinado por meio dos cadernos dos alunos. Para Gvirtz (2009, p.25):

O caderno é um espaço de interação entre professor e aluno, uma arena na qual se enfrentam cotidianamente os atores do processo de ensino-aprendizagem e onde, portanto, é possível vislumbrar os efeitos desta atividade: a tarefa escolar. A favor da eleição deste objeto se encontra o fato de todos os dias, em quase todas as horas de aula, alunos e professores levam a cabo um minucioso processo de escrituração cujos âmbitos de registro não podem desconsiderar o caderno e a lousa. Assim, o caderno constitui um campo significativo para observar os processos históricos e pedagógicos da denominada “vida cotidiana da escola”, nem tanto no que tende as relações de poder interpessoal mas, e sobretudo, no que concerne a produção de saberes.

Partindo da caracterização de cadernos escolares proposta por Gvirtz, analisamos cadernos dos alunos regularmente matriculados no ano de 2014<sup>6</sup>, sendo um do 6º ano, um do 7º ano, um do 8º ano e um do 9º ano. Desta forma este instrumento foi fonte privilegiada para confrontar com as entrevistas e os documentos escolares e desta perceber se há indícios da Educação do campo na produção escolar dos mesmos.

Tendo como base a problemática anunciada, o presente trabalho procurou responder a seguinte questão norteadora da pesquisa: Há vestígios da ocorrência da Educação do Campo nos cadernos escolares de matemática de alunos do Colégio Estadual do Campo Teotônio Vilella<sup>7</sup> conforme a legislação vigente?

---

ano de 2015. No TCC, além dos cadernos escolares foram utilizados como instrumentos de coletas de dados observação do espaço escolar, entrevistas semiestruturadas com o professor de matemática, pedagogo e diretor da escola e análise documental (segundo semestre de 2015).

<sup>5</sup> Por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos o projeto foi submetido ao Comitê de Ética da UTFPR cujo número de registro é 48885615.4.0000.5547.

<sup>6</sup> Foram utilizados os cadernos do ano anterior a pesquisa para que o professor não fosse influenciado a fazer mais atividades relacionadas ao campo somente porque estava sendo realizada a pesquisa.

<sup>7</sup> Situado no Distrito Portão Ocoí, Município de Missal, Estado do Paraná. As atividades de ensino deste estabelecimento iniciaram com as séries iniciais do Ensino Fundamental, mantida pela Prefeitura Municipal, em 1965 e recebia o nome de Escola Olavo Bilac. Em 1974 foi fundada como Grupo Escolar Municipal Olavo Bilac. Em 1982, a escola, foi autorizada a funcionar com as quatro séries finais do 1º Grau sendo implantado gradativamente as demais, e em 1986 o curso de 1º Grau foi reconhecido pela Resolução Nº 1702/86 publicado no Diário Oficial de 14 de abril de 1.986, recebendo então a denominação Escola

## **SOBRE HISTÓRIA, CAMPO E ENSINO DE MATEMÁTICA**

Somente cerca de meio século após o país ter se transformado em República, é que uma Constituição brasileira, a de 1934, vai tratar da Educação Rural, ainda não chamada de Educação do Campo (BRASIL, 2014, p.6).

Em 1937, foi criada a Sociedade Brasileira de Educação Rural, com o intuito de expandir o ensino e preservar a cultura do homem no campo, merecendo destaque o elevado número de analfabetos. Após a Segunda Guerra Mundial, foi criada a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais na qual a educação se desenvolvia com o objetivo de proteção e assistência ao camponês, o qual era tratado como carente, subnutrido, pobre e ignorante (PARANÁ, 2006, p.17).

A partir da segunda metade do século XX, começam a surgir movimentos sociais do campo, que passaram a aprender que a luta pela terra era apenas o início da mobilização, porque ela poderia garantir o sustento e produção de vida. Porém, outras demandas foram se tornando presentes. Dessa forma a educação e a escolarização dos trabalhadores do campo e seus filhos passaram a integrar a pauta dos movimentos sociais do campo (BRASIL, 2014, p.8).

Em consequência da nova constituição aprovada em 1988, outras leis foram discutidas e decretadas, como por exemplo, a LDB de 20 de dezembro de 1996. Essas leis levaram ao repensar sobre a educação dos trabalhadores do campo (BRASIL, 2014, p.7) desta forma a educação começou a se destacar como um direito de todos (PARANÁ, 2006, p.18).

O artigo 28 da LDB reconhece a especificidade do campo:

Art. 28º. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

---

Municipal Olavo Bilac – Ensino de 1º Grau. A partir do Reconhecimento do curso de 1º grau, foram municipalizadas as séries iniciais do Ensino Fundamental. Estas passaram a ser mantidas pela prefeitura, denominando-se assim Escola Municipal Olavo Bilac Educação Infantil e Ensino Fundamental. E as séries finais do Ensino Fundamental passaram a ser mantidas pelo Governo do Estado do Paraná denominando-se Escola Estadual Teotônio Vilella Ensino Fundamental.

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, p.11).

Mesmo com esses avanços na legislação educacional, a realidade das escolas para a população rural continuava precária, seja em condições materiais dentro de sala, na escola como um todo, transportes, materiais didáticos (PARANÁ, 2006, p.18).

Em 1997, houve um marco na retomada da luta por uma Educação do Campo de qualidade, pelo respeito a suas raízes culturais e pelo entendimento de suas singularidades. Foi realizado o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com apoio de outras entidades, no qual foi lançado um desafio: pensar a educação pública a partir do mundo do campo (PARANÁ, 2006, p.19; BRASIL, 2014, p.8).

Num movimento de base, as escolas do campo espalhadas nos mais diferentes recantos desse país e influenciadas pelo contexto de mobilização vivido estavam realizando práticas que buscavam associar o processo educativo aos interesses dos trabalhadores do campo (BRASIL, 2014, p.8).

Em agosto de 1997, iniciaram-se as discussões preparatórias para a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, que viria a ser realizado um ano após o ENERA, em julho de 1998 (PARANÁ, 2006, p.19; BRASIL, 2014, p.9).

O debate sobre a compreensão de campo trouxe a perspectiva de que campo é mais do que lugar de plantar ou de criar animais para suprir a alimentação da humanidade (BRASIL, 2014, p.11).

A partir de então, o poder público passou a reconhecer a necessidade de pensar uma legislação específica de educação aos povos do campo. Foram aprovadas em 2002 no Conselho Nacional de Educação, por meio da Câmara de Educação Básica, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (PARANÁ, 2006, p.19; BRASIL, 2014, p.12). A partir das discussões sobre as Diretrizes Operacionais, foi proposta a utilização do termo Educação do Campo:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de

projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002, p.1).

Ainda no plano das ações em parceria entre os diferentes movimentos e instituições ligadas aos trabalhadores do campo, houve em julho de 2004, a realização da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, contando com mais de mil participantes, representando cerca de 40 entidades (BRASIL, 2014, p.12).

No estado do Paraná, começou a se pensar na educação para homem do campo a partir de 1990:

foi criado pelo governo estadual, na gestão 1992-1994, o *Programa Especial Escola Gente da Terra*, que tinha como propósito ‘dar um atendimento específico e diferenciado’ aos povos do campo, das áreas indígenas, dos assentamentos e aos assalariados rurais, no nível do Ensino Fundamental e da alfabetização de jovens e adultos (PARANÁ, 2006, p.20).

Segundo as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo (DCEC) (PARANÁ, 2006, p.21), a partir de 2000, após vários encontros e reuniões, foi criada a Articulação Paranaense por uma Educação do Campo, que definiu uma pauta de reivindicações para a semana de lutas pela agricultura. Entre as reivindicações, estava a criação de um departamento específico para a Educação do Campo, na Secretaria do Estado da Educação, atendida em 2002 com a criação da Coordenação da Educação do Campo na Secretaria do Estado da Educação (SEED).

Desde então, a Educação do Campo passou a ter um espaço de articulação entre o poder público e a sociedade civil organizada. Foram realizados dois seminários de Educação do Campo no Estado, em que estiveram presentes os sujeitos coletivos da Articulação Paranaense por uma Educação do Campo, entre outros (PARANÁ, 2006, p.22).

Apesar de parecer ter o mesmo significado, o termo “rural” e “campo” possuem concepções diferentes. Segundo as DCEC (PARANÁ, 2006, p.24), o termo campo é pensado como um lugar de vida, lugar de trabalho, de cultura, da produção de conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência, valorizando-os como sujeitos que possuem laços culturais e valores relacionados à vida na terra enquanto o termo rural é pensado a partir de uma lógica economicista, representa uma perspectiva política presente nos documentos oficiais, que historicamente fizeram referência aos povos do campo como

peessoas que necessitam de assistência e proteção, na defesa de que o rural é o lugar do atraso.

É importante pensarmos em como deve se dar o ensino na sala de aula para uma escola do campo. As DCEC (PARANÁ, 2006, p.44) citam que para que efetive a valorização da cultura dos povos do campo na escola, é necessário repensar a organização dos saberes escolares, isto é, os conteúdos específicos a serem trabalhados. É importante destacar que “quando apontamos para a necessidade de incorporarmos a cultura dos alunos em nossas práticas pedagógicas, não significa criarmos ‘probleminhas’ ruralizantes” (BRASIL, 2014, p.24).

No caso específico do Paraná, as DCEC (PARANÁ, 2006, p.44) apresentam duas formas de como pode se dar essa reorganização. Uma delas ocorre nas disciplinas da Base Nacional Comum, onde poderemos observar a articulação dos conteúdos sistematizados com a realidade do campo. Verificar se “os conteúdos culturais dos povos do campo estão presentes nas disciplinas, se os saberes dos povos do campo integram os currículos das disciplinas, são formas de investigar” (PARANÁ, 2006, p.45) se a Educação do Campo está presente na sala de aula da escola do campo.

Sobre a segunda forma, apresentam que:

[...] ocorre pela criação de disciplinas para compor a parte diversificada da matriz curricular. [...] Porém, é importante salientar que a implementação da Educação do Campo não vai ocorrer apenas com a criação de várias disciplinas na parte diversificada, [...] é fundamental garantir que a realidade do campo, com sua diversidade, esteja presente em toda a organização curricular (PARANÁ, 2006, p.45).

## **CADERNOS ESCOLARES E AS RELAÇÕES COM OS SABERES DO CAMPO**

A análise dos cadernos escolares foi crucial para entender o cotidiano escolar e um instrumento precioso para fazer o contraponto às entrevistas com a professora, diretor e pedagogo da escola.

Os entrevistados informaram que ainda não se possui uma disciplina específica para Educação do Campo e que as atividades relacionadas à disciplina de Educação do

Campo são realizadas nas disciplinas específicas e no programa Mais Educação<sup>8</sup>, realizado em contra turno. De acordo com o diretor, “é possível perceber o professor de matemática trabalhando área, perímetro, usando o espaço escolar e o espaço da comunidade, buscando o que o aluno já conhece” (ENTREVISTA A, 2015). A professora de matemática comentou sobre algumas atividades realizadas: “O trabalho com a horta no cálculo de área e perímetro, cálculo da altura da árvore com base na sombra” (ENTREVISTA C, 2015).

Por outro lado, verificando os cadernos (figura 1) percebemos que poucas atividades referenciam o campo ou algum desdobramento do que ocorre no projeto Mais Educação. A primeira imagem ilustra o cálculo da árvore com base na sua sombra.

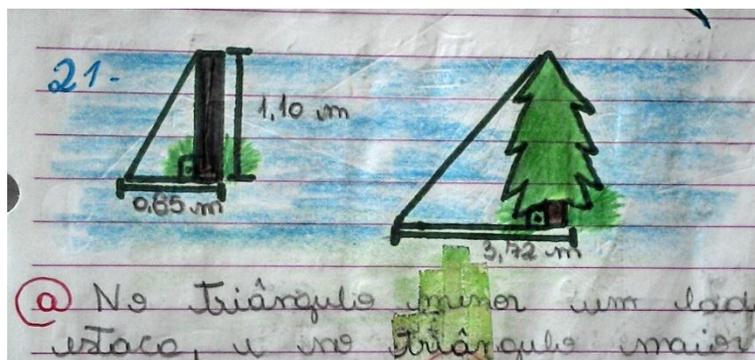


Figura 1 - Atividade no caderno de aluno do 9º Ano

Fonte: Caderno dos alunos (2014).

Outra atividade que mostra relações com o campo apresenta o cálculo da área de determinada figura. Poderia ser feita utilizando qualquer figura, mas para esse cálculo a professora propôs utilizar uma folha de árvore (figura 2). Foram analisados os cadernos do sexto, sétimo, oitavo e nonos anos do ano anterior a pesquisa e o que encontramos revelam poucos elementos da Educação do Campo nos cadernos de matemática.

De toda sorte, além das atividades realizadas nos cadernos verificamos materiais criados pelos alunos que abarcavam duas ou mais disciplinas em um mesmo tema. O diretor afirmou que vários trabalhos foram produzidos pelos alunos, por exemplo, construção de maquetes da vila da comunidade, que envolveu aulas de artes, geografia e

<sup>8</sup> O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral.

matemática e português. Para ele, na construção dessas maquetes, foi possível verificar a colaboração da matemática, na parte em que se trabalha a geometria; a localização, com a geografia e a nomenclatura das ruas, com a disciplina de português.

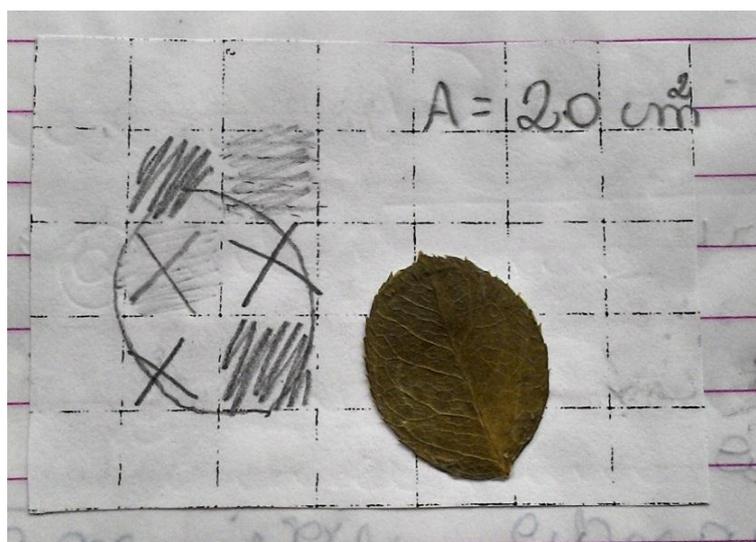


Figura 2 - Atividade no caderno de aluno do 8º Ano

Fonte: Caderno dos alunos (2014).

A figura 3 mostra um exemplo de como foi trabalhado a importância do cultivo da mata ciliar por meio do que os alunos já conhecem no campo.



Figura 3 - Alunos percebem na prática a importância da mata ciliar

Fonte: Coordenação do colégio (2015).

A professora mencionou que o PTD (Plano de trabalho Docente) da disciplina de matemática segue o mesmo padrão das outras escolas, mas ela utilizou vários recursos além do livro didático, sempre buscando envolver a vivência dos alunos.

O PPP (2015) apresentou a importância dos conteúdos das disciplinas escolares serem articulados com a realidade do campo valorizando o conhecimento trazido pelo educando, buscando somar a esse conhecimento os conteúdos escolares necessários. Ainda segundo o documento, a educação no campo deve ser pensada e desenvolvida para os sujeitos do campo, de forma a valorizar sua cultura e seus costumes. Para o diretor, é preciso usufruir do campo para auxiliar no aprendizado dos alunos. Pegar o conteúdo, olhar para ele e para a realidade do aluno e entender de que eles precisam do conhecimento matemático para essa realidade.

Ou seja, o trabalho com a horta, a construção de maquetes, cálculo de árvores e outras partes do colégio são utilizadas, segundo os entrevistados, como estratégias de ensino que além de envolverem várias disciplinas em um mesmo tema, fizeram com que o aluno aprendesse tendo por base algo que ele já conhecia. O caráter prático das atividades pode fazer toda a diferença no aprendizado dos alunos.

A professora de matemática citou que apesar de não estar descrito estas atividades no PTD, já fazia parte do planejamento das suas atividades no decorrer do ano, pois ela lecionava a mais de 10 anos no colégio, conhecia o colégio, conhecia a vivência dos alunos e percebia a importância do campo no ensino da matemática.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio da análise das fontes e das entrevistas percebemos que há uma forte cultura escolar da escola do campo explicitada no espaço escolar: horta, confecção de peças de artesanato, visita a outros colégios do campo, projetos sobre a história da escola, festa junina e grande envolvimento com a comunidade.

De acordo com Julia (2001, p.10 -11), a cultura escolar é concebida:

[...] como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores (grifo do autor).

Já Diana Vidal (2005, p.19) compreende a cultura escolar “como constituída pela apropriação criativa de modelos, baseada na relação entre determinantes sociais e históricas e as urgências próprias da organização e do funcionamento escolares”.

No colégio investigado a cultura escolar envolve a terra, o campo, os modos genuínos de olhar para a vida do homem em sintonia com a natureza e os professores têm conhecimento sobre a importância de trabalhar a vida do campo, a vida que o aluno presencia dentro da sala de aula.

Porém, analisando os cadernos escolares encontramos poucas relações com a Educação do Campo na produção escolar dos mesmos. Os temas trabalhados poderiam ser abordados em qualquer aula de matemática. O mais significativo foi a relação com o campo em atividades interdisciplinares como a produção de maquetes, a horta, os passeios e o projeto de mata ciliar.

Vale ressaltar que nos apropriamos de ferramentas da história cultural para contar esta história do presente e que os cadernos foram peças fundamentais para entender mais do cotidiano das aulas de matemática fazer o contraponto com as entrevistas e fontes oficiais da escola.

O Campo tem muito a oferecer para o aprendizado matemático do aluno e para a busca de uma vida digna e respeitosa na sociedade. Todavia, uma educação matemática de qualidade é tão essencial para os alunos quanto o conhecimento que eles trazem consigo do campo, o que lhes torna verdadeiramente homens do campo para a contemporaneidade.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, G. L. (org.). Educação no Campo: Recortes no tempo e no espaço. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. 305 pg. (Coleção educação contemporânea).

## **XV Seminário Temático**

### **Cadernos escolares de alunos e professores e a história da educação matemática, 1890-1990**

**Pelotas – Rio Grande do Sul, 29 de abril a 01 de maio de 2017**

**Universidade Federal de Pelotas**

**ISSN: 2357-9889**

---

ANTUNES-ROCHA, M. I.; MARTINS, A. A. (orgs.). Educação do Campo: Desafios para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. 207pg. (Coleção Caminhos da Educação do Campo).

BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 20 dez .1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Educação Matemática do Campo. Brasília, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. 2002.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Etnomatemática - elo entre as tradições e a modernidade. 2 ed. 2ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GVIRTZ, Silvina. Del currículum prescripto al currículum enseñado: una mirada a los cuadernos de clase – 1ª Ed. Reimp. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 2009. 128p.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, São Paulo: SBHE, n.1, jan-jul, p.9-43, 2001.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação. Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Curitiba, 2006.

PARANÁ. Colégio Estadual do Campo Teotônio Vilella: Projeto Político Pedagógico. 2015. 98 pg.

VIDAL, D. G. Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas, SP: Autores Associados, 2005. – (Coleção Memória da Educação). 187p.